



COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ATA NÚMERO 2/XIV/ 1.ª SL

Aos treze dias do mês de novembro de 2019, pelas 11:00 horas, reuniu a Comissão de Orçamento e Finanças, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

- 1. Apreciação do Plano de Atividades;**
- 2. Apreciação do Regulamento;**
- 3. Designação do dia da semana e da hora das reuniões ordinárias da Comissão;**
- 4. Distribuição do Projeto de Lei n.º 06/XIV/1.ª (PCP) - "Altera o Código do Processo Civil estabelecendo um regime de impenhorabilidade da habitação própria e permanente e fixando restrições à penhora e à execução de hipoteca"; Cabe ao GP PS**
- 5. Distribuição do Projeto de Lei n.º 09/XIV/1.ª (PCP) - "Estabelece o regime de financiamento permanente do Programa de Apoio à Redução Tarifária nos transportes públicos"; Cabe ao GP PSD**
- 6. Distribuição do Projeto de Lei n.º 29/XIV/1.ª (CDS-PP) - "Redução da taxa de IRC (Procede à alteração do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de novembro)"; Cabe ao GP PS**
- 7. Definição da metodologia de apreciação do Projeto de Resolução n.º 25/XIV/1.ª - "Exorta ao Governo que tome as urgentes medidas estruturais necessárias para garantir a sustentabilidade da ADSE";**
- 8. Outros assuntos.**



COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ATA NÚMERO 2/XIV/ 1.^a SL

1. Apreciação do Plano de Atividades;

O Senhor Presidente salientou que ainda não se encontram completamente estabilizadas as competências das Comissões permanentes, aguardando-se que esse assunto fique decidido na próxima Conferência de Presidentes, que se prevê seja agendada para breve. Propôs assim que este ponto da OD fosse adiado.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) pediu a palavra para sinalizar duas propostas de alterações na secção relativa às “Outras Audições”: uma sobre o agendamento da audição do Ministro das Finanças na COF para apresentação do Programa de Estabilidade e outra sobre a inclusão da Autoridade da Concorrência na lista de audições às entidades reguladoras.

O Presidente fixou a data de 15 de novembro, sexta-feira, para envio de propostas de alterações ao Plano de Atividades.

2. Apreciação do Regulamento;

O Senhor Presidente informou que lhe foi transmitido por outras Comissões, que haveria interesse em harmonizar os Regulamentos. Propôs assim, até por uma questão de economia processual, adiar este ponto da OD para a próxima reunião. Foi fixada a mesma data para o envio de propostas de alterações ao Regulamento.

3. Designação do dia da semana e da hora das reuniões ordinárias da Comissão;

O Senhor Presidente ponderou e acatou a sugestão de um grupo parlamentar (GP) no sentido que se proceder uma deliberação formal, em Comissão, sobre este tema.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) notou a existência de um potencial conflito de agenda para os Deputados que tiverem a estar presentes na Conferência de Líderes, como aliás foi expresso na anterior reunião pela Senhora Deputada Cecília Meireles, para além de existirem também casos de Deputados que têm já fixadas reuniões noutras Comissões, na quarta-feira, e que portanto ficarão prejudicados se a reunião da COF também se realizar quarta-feira. Colocou à consideração dos



COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ATA NÚMERO 2/XIV/ 1.^a SL

Deputados e dos GP a possibilidade de se fixar a reunião da COF, na terça-feira a meio da tarde.

Seguidamente, o Senhor Deputado Fernando Anastácio (PS), salientou o facto de existir um precedente histórico visto que as reuniões da COFMA se realizavam à quarta-feira. De qualquer modo, manifestou a abertura do GP do PS para rever a proposta inicial, fixando a terça-feira como o dia da reunião da COF, por exemplo, a meio da tarde. Defendeu uma solução de consenso suscetível de dar resposta às necessidades dos vários Deputados.

O Senhor Deputado Duarte Alves (PCP) informou que, se a reunião for à terça-feira, o seu GP teria um impedimento semanal, visto que terá de estar presente noutra(s) Comissão(ões) nesse dia. Neste caso, sublinhou, trata-se de uma obrigação semanal que se contrapõe à obrigação quinzenal de presença na Conferência de Líderes mencionada pelo Deputado Duarte Pacheco. Considerou que a solução que melhor salvaguardaria os interesses de todos os Deputados e GP, seria agendar a reunião da COF para a quarta-feira, às 9h00.

Retomou a palavra o Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) para esclarecer que o problema não se coloca tanto ao nível da presença na Conferência de Líderes mas na obrigação de presença de alguns colegas Deputados em reuniões noutras Comissões, em simultâneo, à quarta-feira. Assim sendo, disse, estão nas mesmas circunstâncias do PCP.

Pediu a palavra o Senhor Deputado João Cotrim de Figueiredo (IL) para realçar as dificuldades e problemas de compatibilização de horários de um Deputado “volante”, mesmo quando chega muito cedo à Assembleia da República. Sugeriu um novo modelo de organização em que o agendamento das reuniões das Comissões permanentes fosse previamente fixado aquando da constituição das mesmas, para que os Deputados pudessem depois, em função desse horário, escolher as Comissões em que pretendiam ficar. Concluiu subscrevendo a proposta apresentada pelo Deputado Duarte Alves, mas propondo que a reunião se inicie às 8h00.

A Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE) sublinhou que são todos Deputados “volantes”, sendo normal que circulem por várias Comissões. Mais afirmou que, para o BE é indiferente o dia da reunião da COF, mas entendem que deve existir um critério



COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ATA NÚMERO 2/XIV/ 1.^a SL

adequado para conciliar os vários interesses, priorizando, tanto quanto possível, os Deputados Coordenadores, sobretudo nos GP onde só exista um Deputado. Considerou que a solução de fixação da reunião para quarta-feira de manhã, cedo, é a que reúne maior consenso.

A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) concordou com a proposta de modelo de organização futura de horários indiciários das Comissões apresentada pelo Senhor Deputado João Cotrim de Figueiredo. Aceitou a proposta de se fixar a reunião da COF para quarta-feira de manhã cedo, aproveitando ainda para alertar os Senhores Deputados de que, à semelhança do que sucedeu na COFMA, muitas das reuniões serão agendadas em horário pós-plenário, prolongando-se os trabalhos pela noite dentro.

O Senhor Deputado Fernando Anastácio (PS) informou que o seu GP é sensível às dificuldades levantadas pelos vários Deputados que intervieram, tendo feito a leitura de que as preferências convergem para a fixação da reunião da COF à quarta-feira, às 9h00. Prosseguiu, apelando ao Senhor Deputado Duarte Pacheco para rever a sua posição no sentido de se alcançar uma solução consensual.

Em resposta, o Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) manifestou a disponibilidade do seu GP para essa solução convergente, com duas sugestões apenas: a) que os colegas que têm reuniões à quarta-feira noutras Comissões, aí repliquem esta discussão tentando adiar o seu início para as 11h00; b) que os Deputados assumam a responsabilidade de chegarem atempadamente às reuniões evitando os problemas havidos no passado de falta de quórum mínimo de funcionamento, situação muito inconveniente que ocorria recorrentemente até quando estavam agendadas audições com entidades externas.

Interveio depois o Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) sugerindo que se retomasse a prática da COFAP de distinguir o quórum mínimo de funcionamento do quórum deliberativo, tendo o Senhor Presidente lembrado que o quórum de funcionamento é matéria que consta do Regimento da Assembleia da Republica, não lhe parecendo que seja derogável no Regulamento.

Foi deliberado por unanimidade fixar a realização da reunião à quarta-feira, às 9h00.



COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ATA NÚMERO 2/XIV/ 1.ª SL

O Senhor Presidente apelou aos Senhores Deputados, e aos respetivos GP, para que se assegurassem de que o horário de início da reunião seria cumprido.

4. Distribuição do Projeto de Lei n.º 06/XIV/1.ª (PCP) - "Altera o Código do Processo Civil estabelecendo um regime de impenhorabilidade da habitação própria e permanente e fixando restrições à penhora e à execução de hipoteca";

O Senhor Presidente propôs a devolução ao PAR desta iniciativa, solicitando a sua redistribuição visto tratar-se de matéria de Direito privado. Notou ainda já ter havido um precedente na medida em que iniciativa de idêntico teor tramitou na 1.ª Comissão (Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias) na anterior legislatura, nomeando em concreto o Projeto de Lei n.º 1234/XIII/4.ª (PCP) – “Altera o Código do Processo Civil estabelecendo um regime de impenhorabilidade da habitação própria e permanente e fixando restrições à penhora e à execução de hipoteca”.

Nestes termos, e não tendo sido manifestada nenhuma objeção, a Comissão deliberou solicitar ao PAR a reapreciação do despacho de baixa da iniciativa à COF.

5. Distribuição do Projeto de Lei n.º 09/XIV/1.ª (PCP) - "Estabelece o regime de financiamento permanente do Programa de Apoio à Redução Tarifária nos transportes públicos"; Cabe ao GP PSD

O Senhor Presidente também propôs a redistribuição desta iniciativa tendo em consideração que é muito semelhante Projeto de Lei n.º 1244/XIII/4.ª (PCP) – “Estabelece o regime do financiamento permanente do Programa de Apoio à Redução Tarifária nos transportes públicos”, que tramitou, na anterior legislatura, na Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas.

O Senhor Deputado Duarte Alves (PCP) chamou a atenção para o facto a iniciativa já teria já baixado à 6.ª Comissão (Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação), tendo-se depois esclarecido que baixou à COF, Comissão competente, com conexão à 6.ª Comissão.



COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ATA NÚMERO 2/XIV/ 1.ª SL

O Senhor Presidente lembro que na anterior legislatura, a iniciativa mencionada tramitou na 6.ª Comissão sem conexão.

O Senhor Deputado Pacheco (PSD) manifestou a sua opinião de que a iniciativa deveria, pelo menos, manter a conexão à COF, visto que está em causa a criação de uma contribuição especial

Não tendo o proponente da iniciativa (PCP) manifestado uma posição definitiva sobre o eventual interesse do seu GP em manter a conexão, ficou acordado que posteriormente, o Presidente contactaria o seu Coordenador para apurar qual seria a decisão, posto o que foi deliberado solicitar ao PAR a reapreciação do despacho de baixa à COF, enquanto comissão competente.

6. Distribuição do Projeto de Lei n.º 29/XIV/1.ª (CDS-PP) - "Redução da taxa de IRC (Procede à alteração do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de novembro)";

O GP do PS indicou o Senhor Deputado Miguel Costa Matos (PS) como relator desta iniciativa.

7. Definição da metodologia de apreciação do Projeto de Resolução n.º 25/XIV/1.ª - "Exorta ao Governo que tome as urgentes medidas estruturais necessárias para garantir a sustentabilidade da ADSE";

Na ausência do proponente da iniciativa, este ponto ficou adiado para a próxima reunião.

8. Outros assuntos.

O Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) solicitou à Mesa informação sobre o pedido de auditoria, deliberado na COFMA, à privatização dos CTT e evolução do serviço postal universal. Adiantou que, provavelmente, o prazo de reposta já terá sido ultrapassado.



COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ATA NÚMERO 2/XIV/ 1.^a SL

Mais informou que o PS enviará, ainda hoje, requerimento para ouvir a Associação Portuguesa de Bancos e o Banco de Portugal sobre o enquadramento legal da aplicação das comissões bancárias.

O Senhor Presidente informou que o requerimento, assim que chegar, será distribuído. Sobre o pedido de auditoria informou que foi feito um pedido de insistência e que iria apurar mais detalhes sobre o assunto para ponderar qual a tramitação subsequente,

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) dirigiu-se à Mesa solicitando que sejam tomadas as devidas diligências para convidar o Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais a apresentar o Relatório do Combate à Fraude e Evasões Fiscais na COF antes da entrada da proposta de lei do Orçamento do Estado para 2020. Notou que a audição só não se realizou em setembro, como era suposto, por estar a decorrer período de campanha eleitoral.

O Senhor Deputado Fernando Anastácio (PS) acompanhou o Senhor Deputado Duarte Pacheco no entendimento sobre a pertinência deste Relatório e da audição ao Senhor Secretário de Estado. Salientou que a Comissão já tem o Relatório e que a audição só não se realizou pelas razões já anteriormente aduzidas.

Não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião.

A reunião foi encerrada às 11:47 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 13 novembro 2019.

O Presidente

(Filipe Neto Brandão)



COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ATA NÚMERO 2/XIV/ 1.ª SL

Reunião de 13 de novembro de 2019

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Afonso Oliveira
Alberto Fonseca
Álvaro Almeida
Ana Paula Vitorino
Carlos Brás
Carlos Silva
Cecília Meireles
Duarte Alves
Duarte Pacheco
Eduardo Teixeira
Fernando Anastácio
Filipe Neto Brandão
Hortense Martins
Hugo Carneiro
João Cotrim de Figueiredo
João Gouveia
João Paulo Correia
Margarida Balseiro Lopes
Mariana Mortágua
Miguel Matos
Nuno Sá
Vera Braz
Alexandre Poço
Ana Miguel Santos
António Ventura
Hugo Carvalho
Hugo Costa
Joana Lima
João Paulo Pedrosa
Jorge Paulo Oliveira
Ricardo Leão
Sara Madruga da Costa

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

André Silva
Ricardo Vicente

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

André Ventura